

MANOEL, Ivan Aparecido. *O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento Católico (1800-1960)*. Maringá: Eduem, 2004.

No interior do pensamento de esquerda uma crise ininterrupta apresenta-se sobre a base de seu projeto político, desde a queda do Muro de Berlim, em 1989, e do fim da URSS. De proporções diferentes, mas não menos importante, são as críticas que se avolumam sobre o Iluminismo e o Positivismo. Num tempo de questionamentos que se volta sobre todas as heranças intelectuais do passado, nem mesmo o pensamento religioso passa ileso.

Constituindo-se, desde os séculos XVIII e XIX, nos modelos mais significativos de interpretação das sociedades passadas, o(s) Iluminismo(s), o(o) Positivismo(s) e o(s) Marxismo(s), que almejaram atingir por meio de suas 'Filosofias da História' a realização de seus projetos políticos, revelaram-se, no século XX, sem a mesma força explicativa e sem a mesma capacidade de realização na 'prática'. E isso, fundamentalmente, porque o projeto de uma sociedade globalizada e harmonizada pelas luzes, no Iluminismo, de uma sociedade humanizada pelo saber científico, no Positivismo, e de uma sociedade justa e sem divisões de classes, no Marxismo, demonstraram-se ineficientes quanto ao próprio movimento histórico que veio a tornar irrealizáveis, na prática, cada um daqueles projetos específicos. No caso do pensamento religioso, no seu viés Católico, as perspectivas não são diferentes, já que foi o pioneiro na produção daqueles esquemas interpretativos do processo histórico.

Esse é o tema central do livro de Ivan Aparecido Manoel (originalmente uma tese de livre docência apresentada, em 1998, ao departamento de História da Unesp, Campus de Franca), isto é, apresentar os elementos fundamentais da filosofia da história elaborada pelo Catolicismo Conservador (também denominado Catolicismo Ultramontano), entre 1800 e 1960, com vistas a examinar os resultados políticos advindos das atitudes católicas.

Ainda que a denominação de 'Catolicismo Ultramontano' estabelecendo uma 'Autocompreensão da Igreja' seja conceitualmente conveniente para definir a ação institucional da Igreja Católica, entre o século XIX e parte do XX, por não constituir um período homogêneo, o autor (sem definir um novo conceito) preferiu usar de forma bastante limitada àquelas definições. Limitada porque se no aspecto político a ação católica foi dinâmica, os inimigos permaneceram comuns.

Na esfera intelectual, a rejeição à filosofia racionalista e à ciência moderna. Na esfera doutrinária, a retomada das decisões tridentinas

e da filosofia e teologia tomista. Na política externa, a condenação da liberal-democracia burguesa e o concomitante reforço da idéia monárquica. Na política interna, o centralismo em Roma e na pessoa do Papa e o reforço do episcopado. Na esfera sócio-econômica, a condenação do capitalismo e do comunismo e um indisfarçável saudosismo da Idade Média...(p. 11).

Assim, cabe notar que a palavra Igreja possui duas vertentes interpretativas, uma se referindo a Ekleσία, que representa uma comunidade de fiéis sob a orientação de um líder religioso, e outra que diz respeito à instituição religiosa e a todas as suas hierarquias. É a essa vertente que o estudo de Aparecido Manoel se pautou. Portanto, as peculiaridades do denominado ‘catolicismo popular’, e seus sincretismos, não foram analisados no trabalho, mas a partir de sua leitura encontram-se as características estruturais sobre as quais aqueles movimentos religiosos populares perpassaram nesta época. Nesse sentido, as fontes do trabalho estiveram ligadas à própria instituição, ou mais precisamente “aos documentos oficiais da hierarquia da Igreja (encíclicas, alocações, cartas pastorais) e aos pronunciamentos de membros do clero ou do laicato (artigos, discursos, conferências, cartas pessoais)” (p. 27), além das interpretações de autores vinculados à religião católica.

Entendendo por ‘filosofia da história’ uma interpretação do processo histórico a partir de um fim previamente estabelecido, embora em um tempo não determinado, quer dizer, “como demonstração de um sentido, de uma direção única e inexorável do trajeto da humanidade ao longo do tempo em direção a um fim [...], seja ela religiosa ou materialista [...] opera com a idéia de término do processo histórico em um ponto ideal de chegada para a humanidade” (p. 13), Aparecido Manoel procurou distinguir, no interior da filosofia católica da história, o seu projeto político, da sua interpretação da história.

Para ele o projeto político do catolicismo conservador, no período estudado, desdobrou-se em três momentos: a) um primeiro que vai de Pio VII (1800-1823) a Pio IX (1846-1878) e que corresponderia à consolidação da doutrina restauradora da instituição sobre os fiéis (e por isso conservadora), em que o discurso foi o instrumento de ação, e houve um reforço da doutrina e das práticas devocionais; b) um segundo centrado no pontificado de Leão XIII (1878-1903), “que sem abandonar a doutrinação contra o mundo moderno, deu passos decisivos para o estabelecimento de uma política de intervenção” (p. 12) sobre a realidade; c) e um terceiro de Pio X (1903-1914) a Pio XII (1939-1958), sobre o qual a doutrina foi convertida em política e o discurso em ação, e essa “atuação se deu no sentido de se

recristianizar as estruturas sociais, de dotá-las de um fundamento doutrinário católico, de tirá-las das influências malignas do racionalismo, do materialismo, do liberalismo e do socialismo”, por meio de programas da Ação Católica, “que acabaram por gerar as contradições que levaram ao Concílio Vaticano II e à Teologia da Libertação” (p. 12).

O projeto político da Igreja Católica também se pautou sobre uma interpretação peculiar do processo histórico. Essa interpretação teve sua origem no pensamento de Santo Agostinho (354-430) e São Tomás de Aquino, sendo que o primeiro procurou sistematizar uma crítica sobre a compreensão circular do tempo vislumbrado na Antiguidade Clássica e recorrer a uma análise linear do tempo. Em Santo Agostinho, o tempo não é fruto de um eterno retorno como o foi para Gregos e Romanos (em menor proporção), mas é construído segundo um início e um fim. Para ele o início era a Queda do Homem (Adão e Eva) do Paraíso e o fim seria o retorno do Homem a Deus, isto é, ao seu estado de eternidade. Nos séculos XVIII e XIX, as principais filosofias leigas da história vieram a secularizar o sentido daquela interpretação, revisando os fatos e os agentes principais do processo e definindo outros fins. Entretanto, o finalismo “que freqüenta[va] as filosofias leigas da história se mostra[va] por inteiro na filosofia católica da história, não já como um mistério a ser decifrado, mas como certeza a ser demonstrada para a tranqüilidade dos fiéis e conversão dos ímpios” (p. 16). E foi justamente quanto a esse tópico, ao lugar onde deveria caminhar a humanidade, que partiram todas as críticas da reação da Igreja Católica, entre os séculos XIX e parte do XX, sobre aquelas filosofias leigas da história. Os tópicos que abrangem aquelas críticas, quer dizer, o progresso material, o moderno conceito de tempo, a condenação do conhecimento racional e a estratégia de um retorno a Idade Média, constituem a divisão do trabalho de Aparecido Manoel em quatro capítulos.

O primeiro ponto daquela reação foi a negação católica do conceito de progresso, quando referido aos avanços materiais. O sentido do progresso tratado por Santo Agostinho e retomado pela filosofia católica da história não se realizava no terreno mundano, mas dizia respeito a uma coexistência entre o mundo terreno e o mundo celeste, na medida em que o homem realizava o seu aprendizado em torno de uma futura redenção com Deus, em função de seu desvio inicial. As filosofias leigas da história, por outro lado, deturparam, segundo o catolicismo conservador, aquele sentido ao definirem o progresso como uma linha de avanço em paralelo ao desenvolvimento tecnológico e material. Por surgirem, entre a Revolução Francesa e a Revolução Industrial do século XVIII, quer dizer, em um momento de

transformações sociais e econômicas drásticas, aquelas filosofias leigas da história, ainda segundo o catolicismo conservador, desviaram a atenção dos homens de Deus, preferencialmente por estabelecerem expectativas que não se confirmariam no terreno celeste, mas se concretizariam dentro da própria existência humana, o que veio a levar os homens a caírem na perdição.

Essa ruptura opôs frontalmente a Igreja Católica aos filósofos racionalistas acerca da filosofia da história, em especial no que tange à teoria do progresso [...] [e] a Igreja Católica rejeitava a teoria laica do progresso e da perfeição humana por uma razão política, que se confundia com a questão doutrinária. [...] De um lado, os demiurgos da modernidade, para quem a Igreja Católica era uma sobrevivente reacionária que deveria desaparecer com o que restava da Idade Média. De outro, a Igreja Católica, que identificava a modernidade e seus construtores ao Mal, qualificando-os, portanto, como seus inimigos e inimigos da humanidade (p. 43-4).

Sobre esse ponto não apenas os membros da instituição participaram daquela disputa, mas os próprios intérpretes católicos da história vieram a demonstrar os malefícios das filosofias leigas da história ao desviarem os homens do ‘verdadeiro’ sentido de sua existência. O projeto do catolicismo ultramontano era o de derrubar as muralhas e extirparem os inimigos, por meio de uma intensificação da doutrina que levava: os homens a aceitarem e praticarem os preceitos e o ritualismo católico em sua forma romanizada; a repelirem o conjunto teórico e filosófico racionalista do mundo moderno; a aceitarem o tomismo como única filosofia válida para a humanidade; e a recusarem o mundo capitalista e recuperarem a feudaldade como paradigma social.

O segundo ponto da reação católica foi a não aceitação do moderno conceito de tempo, e o significado dessa reação estava ligado à transferência de funções de um tempo que era e pertence a Deus, para um tempo racional, para o qual o homem estaria no controle. O efeito dessa mudança na compreensão do tempo, para o catolicismo conservador era o desvio do projeto atribuído ao homem pela Igreja Católica, já que os homens se tornavam os sujeitos de suas próprias ações.

O terceiro ponto da reação católica foi à condenação do conhecimento racional, considerado causa da perdição humana. O conhecimento racional alterava o movimento histórico do projeto político do catolicismo conservador porque refazia a qualidade do movimento, dando-lhe um outro eixo

(do casal original para a teoria evolucionista), já que o seu início e o seu fim se tornavam distintos daqueles programados pela Igreja Católica. Além disso, apresentava-se como um risco aos fundamentos católicos do movimento histórico, também quanto à questão da origem humana.

Por fim, a reação do catolicismo, ao negar a sociedade moderna em todos os seus fundamentos, notou a necessidade de paralisação do movimento histórico, recorrendo à volta aos padrões medievais como bases da salvação humana. Foi na Idade Média, segundo o argumento católico, que o homem esteve mais próximo a Deus e o que fez a sociedade moderna foi desviar o caminho do homem de sua salvação.

A instigante leitura do trabalho de Aparecido Manoel contribui para se observar à complexa rede de relações que se formou entre a Igreja Católica e o movimento romântico no século XIX, ou ainda, entre 'Ela' e o nazismo no século XX. O seu trabalho demonstra que nas últimas décadas o conceito de progresso está em crise, assim como os atributos a ele recorrentes pelas filosofias leigas e católicas da história, e que as modernas correntes historiográficas, ao negarem o conceito de progresso, se pautaram sobre um projeto político que se aproxima da interpretação das sociedades passadas elaborada na Antiguidade.

Diogo da Silva Roriz
Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul